Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Universidade de Brasília

Reitora Rozana Reigota Naves
Vice-Reitor Márcio Muniz

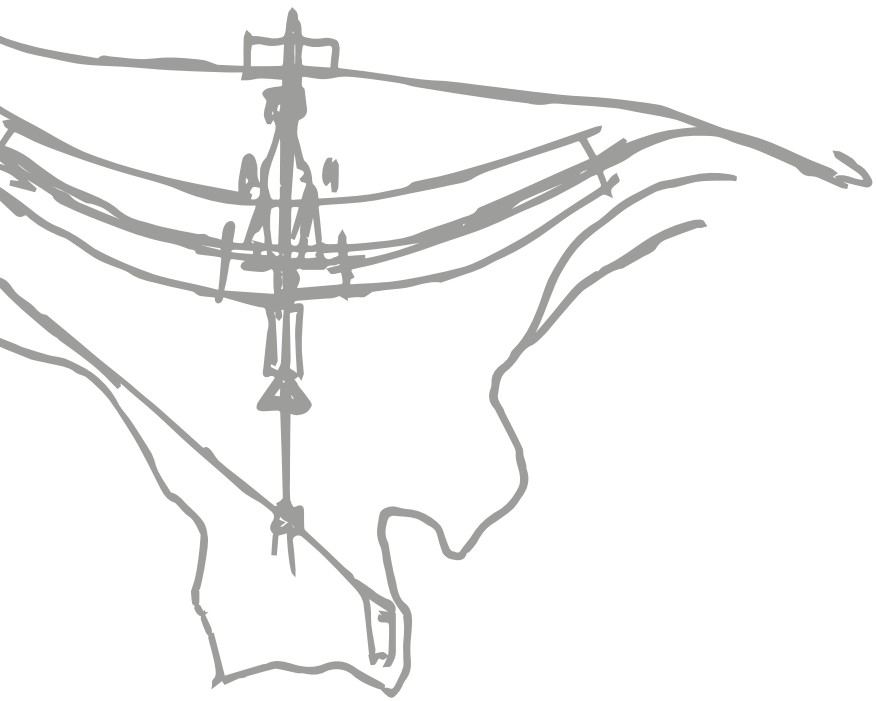
EDITORA
UnB

Diretora Marina Dourado Lustosa Cunha

Conselho editorial
Andrey Rosenthal Schlee
Biagio D'Angelo
Carina Luísa Ochi Flexor
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Josivânia Silva Farias
Maria Carmem Aires Gomes
Maria do Socorro Neri de Sousa
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho
Marina Dourado Lustosa Cunha
Nilce Santos de Melo
Rosineide Magalhães de Sousa

Organizadoras
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

Rupturas e desafios da educação no DISTRITO FEDERAL (1964 - 1985)



EDITORA
UnB

Equipe editorial

Coordenação de produção editorial Marília Carolina de Moraes Florindo

Assistência editorial Jade Luísa Martins Barbalho

Revisão Jeane Pedrozo

Diagramação Wladimir de Andrade Oliveira

Padrão visual/Capa Mauro Liz (2011)

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília-DF
CEP: 70910-900
(61) 3107-3700
www.editora.unb.br
editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização expressa da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

R947 Rupturas e desafios da educação no Distrito Federal (1964 – 1985) [recurso eletrônico] / organizadoras, Eva Waisros Pereira, Laura Maria Coutinho, Maria Paula Vasconcelos Taunay. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2025.
552 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-243-9.

1. Educação – Brasília (DF) – História. 2. Ditadura. I. Pereira, Eva Waisros (org.). II. Coutinho, Laura Maria (org.). III. Taunay, Maria Paula Vasconcelos (org.).

CDU 37(817.4)(09)

Heloiza dos Santos – CRB 1/1913

Sumário

APRESENTAÇÃO.....14

Parte I
OUTROS ARES SOPRAM

Capítulo 1
Contexto sociopolítico em 1964: a capital ocupada.....21
Claudia Paiva Carvalho
Cristiano Paixão

Capítulo 2
A educação tecnicista no golpe militar de 1964.....46
Raquel de Almeida Moraes

Capítulo 3
Financiamento da educação no Distrito Federal: o período autoritário.....62
Jorge Abrahão de Castro

Capítulo 4
Estudo comparado da educação escolar em instituições públicas e privadas do Distrito Federal (1964-1984) 79
José Luiz Villar Mella

Parte II
PENSADORES DA EDUCAÇÃO APARTADOS

Capítulo 5
Anísio Teixeira: pensamento silenciado, ação interrompida 95
Eva Waisros Pereira

Capítulo 6

Paulo Reglus Neves Freire, Brasília, 1964 130

Laura Maria Coutinho

Capítulo 7

Darcy Ribeiro: trajetória, exílio e pós-exílio.....156

Haydée Ribeiro Coelho

Parte III

EDUCAÇÃO, AUTORITARISMO E REPRESSÃO

Capítulo 8

O elefante branco: uma escola com o nome de resistência.....175

Eliane Brito

Capítulo 9

Organização de docentes do Distrito Federal: a repressão no período da ditadura militar 194

Antonio Carlos Andrade de Souza

Erlando da Silva Rêses

Capítulo 10

Centro Integrado de Ensino Médio, Ciem: uma escola inovadora no período da ditadura militar 221

Ariane Abrunhosa

Denise Farage

Mariana Penna

Capítulo 11

Tecnologias da educação na nova capital: desenganos e êxitos 254

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Raquel de Almeida Moraes

Parte IV
O OCASO DE UMA PROPOSTA TRANSFORMADORA

Capítulo 12
O golpe militar de 1964 e suas consequências sobre o plano educacional de Anísio Teixeira.....278
Leila Chalub Martins

Capítulo 13
O papel da tipologia das escolas classe na definição do lugar escola no Plano Piloto de Brasília.....303
Samira Bueno Chahin

Capítulo 14
Educação de jovens e adultos trabalhadores: concepções e práticas em disputa.....315
Leila Maria de Jesus Oliveira
Maria Margarida Machado

Capítulo 15
Educação negada: a luta dos moradores da Vila Paranoá pelo direito de estudar.....354
Leila Maria de Jesus Oliveira
Ricardo Gonçalves Pacheco

Parte V
MUDANÇAS NO CURRÍCULO ESCOLAR E NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Capítulo 16
Fios e tramas da memória: a cultura cívico-patriótica na escola pública do Distrito Federal (1964-1985).....376
Antonio Fávero Sobrinho
Valéria Nely Cézar de Carvalho

Capítulo 17

Estudo de um caderno de teoria e prática de ensino na matemática da Escola Normal da Ceilândia.....403

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho

Edilene Simões Costa dos Santos

Carmyra Oliveira Batista

Mônica Menezes de Souza Batista

Capítulo 18

Imagens da cidade e da escola: sobre a atualidade da proposta da escola parque para a capital.....423

Maria Andreza Costa Barbosa

Maria Lídia Bueno Fernandes

Parte VI

BRECHAS, ESPAÇOS ALTERNATIVOS E RESISTÊNCIA

Capítulo 19

Wladimir Murtinho e sua atuação na educação e na cultura do Distrito Federal 452

Maria Paula Vasconcelos Taunay

Capítulo 20

Projeto integrado de educação ambiental de Ceilândia: uma experiência inovadora em terreno minado.....482

Vera Margarida Lessa Catalão

Josefina Reis de Moraes

Capítulo 21

Entre livros e artes, uma escolinha de criatividade e uma biblioteca infantil na 104/304 Sul.....501

Luciana de Maya Ricardo

Alice Fátima Martins

Capítulo 22
Um olhar literário sobre Brasília: textos inaugurais e escrituras da resistência 521
Maria Alexandra Militão Rodrigues

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....541
Eva Waisros Pereira
Laura Maria Coutinho
Maria Paula Vasconcelos Taunay

SOBRE OS AUTORES 545

Parte IV
O OCASO DE UMA PROPOSTA TRANSFORMADORA

Capítulo 15

Educação negada: a luta dos moradores da Vila Paranoá pelo direito de estudar

Leila Maria de Jesus Oliveira
Ricardo Gonçalves Pacheco

Tá vendo aquele colégio moço?
Eu também trabalhei lá
Lá eu quase me arrebento
Pus a massa fiz cimento
Ajudei a rebocar
Minha filha inocente
Vem pra mim toda contente
Pai vou me matricular
Mas me diz um cidadão
Criança de pé no chão
Aqui não pode estudar
Cidadania. Canção de Zé Geraldo.

Este capítulo apresenta o contexto da educação na Vila Paranoá desde sua criação, em 1957, até o final dos anos 1980. Do aglomerado de barracos entremeados por ruas, ruelas e becos até a conquista da fixação e expansão

da Vila Paranoá, moradores se organizaram em luta por equipamentos e serviços públicos que lhes garantisse um mínimo de dignidade. A educação era uma das principais reivindicações da comunidade.

Este capítulo parte da história vivenciada pelos autores na comunidade e na educação na Vila Paranoá, entremeada com depoimentos de antigos moradores, registros históricos, bibliográficos e documentais na tentativa de unir fragmentos para recompor o cenário da educação na Vila Paranoá. As fontes que amparam a pesquisa aqui apresentada, além da memória dos autores, foram acessadas nos arquivos do Museu da Educação do Distrito Federal, no Arquivo Público do Distrito Federal, na Biblioteca da Eape, no arquivo do Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoã (Cedep), na Hemeroteca Digital, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). As memórias e os documentos acessados apontam para uma educação permeada pela exclusão, mas que, mesmo em meio a essas debilidades, serviu de instrumento de conscientização e resistência no reforço da luta maior daquela comunidade pela fixação e urbanização da Vila Paranoá. Uma educação negada pelo poder público à periferia do Distrito Federal, mas amparada e assegurada pelo direito de estudar e da educação pública como direito social.

Escrever sobre a experiência vivida é sempre um desafio de buscar na memória os momentos bons e ruins. Este texto apresenta a reflexão dos autores sobre processos históricos que constituíram a luta dos moradores da Vila Paranoá, principalmente do campo da educação, como estudantes, professores e gestores.

O caminho percorrido foi ao encontro de registros oficiais, depoimentos e reportagens que, alinhados à memória dos autores, sedimentaram a ideia de uma educação negada às periferias de Brasília àqueles e àquelas que ali chegaram para construir a capital do país.

A fim de resgatar o período compreendido entre o final da década de 1950 à década de 1980, este texto visa reconstruir a história da educação básica pública na Vila Paranoá, considerando a oferta de vagas pelo Estado e a luta da comunidade pelo direito de estudar.

Certamente as páginas a seguir não comportam integralmente a trajetória de luta da comunidade, mas permite retratar uma boa parte das lutas encampadas pela população. Os vestígios encontrados indicam novos caminhos a percorrer para a leitura da realidade daquela época e, que, lamentavelmente, não se distancia do que ainda ocorre na periferia quando o tema é a educação pública.

Da utopia da cidade à ocupação da Vila Paranoá: realidades e desafios

A confluência de aspectos políticos, econômicos, geográficos, históricos e culturais levaram à decisão de transferir a capital para a região central do país no final da segunda metade da década de 1950. A construção de Brasília tornou-se uma odisseia que mobilizou milhares de brasileiros e brasileiras, elevados recursos financeiros e especialistas de diversas áreas do conhecimento para enfrentar o desafio de integrar o território brasileiro, interiorizar o seu desenvolvimento e deslocar para o centro parte de sua população, historicamente fixada no litoral.

Havia, também, a utopia de produzir uma cidade diferente, que não se restringiria aos traços arquitetônicos inovadores. Essa perspectiva integradora se expressava na ocupação mais democrática do espaço urbano, que permitiria o convívio e usufruto comum de bens culturais, buscando eliminar, dessa forma, as fronteiras quase intransponíveis entre ricos e pobres verificadas em outras metrópoles brasileiras.

No modelo nacional desenvolvimentista, proposto por Juscelino Kubitschek, a educação era uma área prioritária. O convite para que Anísio Teixeira elaborasse o Plano de Construções Escolares de Brasília era uma

oportunidade ímpar para que a nova capital materializasse um sistema educacional que servisse de exemplo para todo o país. Esse sistema educacional estaria sustentado por uma proposta de educação integral, baseada em metodologias de ensino interativas entre professor e estudante, que renovassem a educação tradicional, e uma estrutura física composta de prédios escolares adequados para a execução da proposta pedagógica em tempo integral, expressa em oito diárias de permanência do estudante na escola. Ademais, previa-se a articulação entre os níveis básico e superior da educação.

Os primeiros anos após a inauguração da nova capital demonstraram que os ideais liberais propugnados por Anísio Teixeira pareciam avançados demais para se materializarem e tornarem-se vetor transformador da educação e da sociedade brasileira. O aumento populacional ocasionado pela crescente demanda de estudantes não foi acompanhado pela construção dos prédios — escolas classe e escolas parque — e a oferta de vagas. Da mesma forma, a contratação de professores concursados com garantia de moradia foram promessas frustradas. Às greves de protesto seguiram-se demissões de educadores, que, somadas ao autoritarismo dos dirigentes escolares, colocaram o pioneiro sistema de ensino brasilense em crise, resultando no descumprimento do plano educacional, o que pôs fim à educação integral em tempo integral (Carvalho, 2011).

Se o que estava planejado e prometido não vingou, o que esperar para aqueles que vieram construir Brasília e nada tinham assegurado em termos de moradia e trabalho? Como os construtores da barragem do Paranoá, obra monumental responsável pelo represamento das águas do lago, conseguiram permanecer e morar na cidade inaugurada que alvorecia? De que modo esses pioneiros e seus filhos tiveram acesso à escola em uma comunidade que parecia replicar um modelo de educação negado à maioria da população do país?

O Censo experimental de Brasília, realizado em maio de 1959 e publicado em novembro daquele mesmo ano, pelo IBGE, também conhecido como Censo de Brasília, revelou que a região do Planalto Central, futura

sede da capital do país, era pouco habitada. Segundo o documento, dadas as condições climáticas e de acesso à região, era possível concluir "que a marcha demográfica para o Centro-Oeste não beneficiava a área de Brasília" (IBGE, 1959, p. 3).

Iniciadas as obras da construção de Brasília, no final de 1956, esse quadro sofreu uma mudança radical com a intensa chegada de novos trabalhadores. Segundo Sousa (1983, p. 37),

> A população trabalhadora tinha aumentado significativamente desde 1956. O número de pessoas na área em construção do novo Distrito Federal passou de 12.283 em julho de 1957 para 28.804 em fevereiro de 1958 e 64.314 em maio de 1959, isto representou uma média mensal de crescimento demográfico atingindo 1.000, 2.100 e 2.500 pessoas respectivamente.

Após a inauguração de Brasília, o Censo demográfico nacional, datado de 1 de setembro de 1960 (IBGE, 2014), apontou para uma população residente de 140.164 pessoas, mais que o dobro da coleta do Censo experimental, o que ilustra o crescimento populacional do Distrito Federal, indicando uma média acima de 4 mil pessoas por mês. Levando em consideração o intenso crescimento demográfico nesse curto espaço de tempo, é possível compreender a demanda por moradia que se avolumava no DF devido à massa de trabalhadores que se aglomeravam em ocupações urbanas, as invasões e favelas.

Os trabalhadores que chegavam a Brasília em busca de melhores condições de vida para si e para suas famílias enfrentavam intensas jornadas de trabalho. O acelerado ritmo da construção civil, para que o prazo fosse cumprido, por vezes, levava os operários a condições estafantes de sobrevivência. Além disso, trabalhadores se acidentaram e outros foram mortos nos canteiros de obras, seja pelas péssimas condições de trabalho, seja pela repressão aos movimentos reivindicatórios.

Em um artigo intitulado "O massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília", Nair Heloísa Bicalho de Souza (2011), professora da Universidade de Brasília, buscou resgatar o episódio da greve dos operários da construtora citada, motivada pela má qualidade da alimentação, pela falta de água, enfim, pelas péssimas condições de trabalho. A pesquisadora deparou-se com duas versões: uma oficial, sustentada por Lúcio Costa, por representantes do governo e pela grande imprensa que minimizou a repressão executada pela Guarda Especial de Brasília (GEB), conhecida pela truculência, que sustentava a ocorrência de alguns feridos e um morto; outra versão, contada pelo depoimento de 35 (trinta e cinco) operários da construção civil afirma ter acontecido um verdadeiro massacre, que resultou na morte de dezenas de colegas e um número maior de feridos.

As visitas de comitivas, políticos e autoridades eram constantes nos canteiros de obras para encorajar os trabalhadores. Só não disseram a esses trabalhadores que construiriam uma cidade para outros morarem. Eles construíram casas, apartamentos e escolas para acolher aqueles que ainda chegariam.

Entre oferta e demanda: a luta pela escola na Vila Paranoá

Uma das obras que se destacou no início dos anos de construção da futura capital foi a barragem do Lago Paranoá. Planejada para represar as águas do rio Paranoá, a barragem era a principal obra para a formação do Lago Paranoá, que, dentre as tantas funções imaginadas, uma era de fundamental importância: oferecer melhores condições de clima para os futuros habitantes da região. Junto à barragem foi também construída a usina hidrelétrica, que daria suporte de energia para o início da nova capital.

Na construção da barragem, foi erguido um acampamento para abrigar os trabalhadores. Assim, deu-se início ao primeiro conglomerado de barracos, que, nos anos seguintes, multiplicaram-se com a mesma intensidade

com que cresceu a demografia de todo o território do Distrito Federal. Contudo, os trabalhadores da construção da barragem não foram os primeiros a habitar essa região. Registros históricos dão conta de que havia moradores ribeirinhos antes mesmo da construção da barragem.

A Região Administrativa do Paranoá foi definida em 10 de dezembro de 1964, por meio da Lei n.º 4.545, mas somente foi implementada 25 anos depois, pela Lei n.º 049, de 25 de outubro de 1989. Reconhecida como Região Administrativa VII, os dados da população residente começaram a aparecer a partir do Censo de 1970. Esse censo registrou que, enquanto o Distrito Federal exibia uma população acima de 537 mil habitantes, a RA Paranoá registrava 2.254 moradores, sendo que, destes, 584 declararam tempo de domicílio maior que 11 anos, o que nos demonstra que habitavam a região mesmo antes da inauguração de Brasília (IBGE, 1970).

O Censo demográfico de 1980 (IBGE, 1980) computou uma população residente no Distrito Federal de 1.176.935 pessoas, registrando, ainda, índices de crescimento populacional semelhantes ao da década anterior, ou seja, a população dobrou em uma década. Além da taxa de natalidade, os registros mostram que persiste o movimento de trabalhadoras e trabalhadores que continuam a chegar à capital em busca de novas e melhores condições de vida. Com isso, cresce cada vez mais a demanda por moradia no Distrito Federal, situação refletida na Vila Paranoá.

Uma curiosidade no Censo demográfico de 1980 é que ele apresenta os dados da população do Distrito Federal, contabilizados por região administrativa e, em tabela separada, contabiliza as "favelas", tratadas como um dado à parte. Essa metodologia, por um lado, mascara a informação sobre a real população residente em um determinado território, uma vez que separa "residentes" de "favelados", por outro, demonstra o interesse do poder público em mapear essas comunidades que não constavam do projeto original de Brasília.

Nesse censo, quanto aos dados da RA VII – Paranoá, traz duas informações: a primeira, nos dados gerais contabiliza uma população de

3.480 pessoas distribuídas em 676 domicílios; a segunda informação faz referência à Invasão do Paranoá e contabiliza 5.100 moradores distribuídos em 1.033 domicílios. Se, somados, os dados indicam uma população de 8.680 pessoas domiciliadas na Região Administrativa do Paranoá, compreendendo a área urbana e a rural, que, em uma década, teve a população triplicada, é possível afirmar que os 1.033 domicílios são os barracos da Vila Paranoá.

A partir da coleta dos dados do censo, percebe-se a baixa escolarização da população do DF, oriunda, em sua maioria, do Nordeste do país. A compilação dos dados dos censos de 1970 e 1980 não permite uma análise comparativa, uma vez que as especificações na base de dados não são coincidentes, sobretudo quanto ao número de habitantes na Região Administrativa do Paranoá, que inclui as populações urbana e rural.

Um estudo mais aprofundado dos dados do Censo demográfico de 1970 destaca o registro da baixa escolarização dos moradores do Paranoá. Considerando a faixa etária acima de 10 anos, somente 31 pessoas declararam possuir o ensino médio completo, 391 declararam possuir 3 anos ou menos de estudos, enquanto 1.271 se declararam sem instrução, ou seja, mais da metade da população residente, que foi estimada em 2.254 pessoas. Essa situação não é muito diferente da coletada em 1980, embora o recorte dos dados não permita precisão na informação. Esses dados reforçam a interpretação de que a periferia da capital ficou também marginalizada no plano educacional, retrato que ainda hoje permanece, uma vez que a oferta de vagas nas escolas não cobre a demanda.

Nesse contexto, duas entrevistas foram realizadas. O depoimento da primeira entrevistada, Isabel Alexandre de Sousa, de 55 anos de idade, mãe de dois filhos e nascida na Vila Paranoá, em 1963, revela que seus pais eram candangos e contribuíram na construção de Brasília. Ela foi aluna do Colégio Velho, participou das atividades culturais coordenadas pelo professor Nélson Ramos Filho, além de integrar a luta pela fixação do Paranoá. Isabel continua residindo no Paranoá. A segunda entrevistada, Maria da

Guia de Sousa, de 74 anos de idade, natural do Piauí, mãe de um filho, professora, veio para Brasília em 1966 buscar uma vida melhor. Ao conhecer a Vila Paranoá, logo se encantou pelo local e passou a lecionar no Colégio Velho, onde também assumiu funções administrativas e de gestora. Maria da Guia continua moradora do Paranoá. Ambos os depoimentos corroboram os dados do Censo IBGE de 1970 e demonstram a falta de oferta de matrículas na Vila Paranoá e a exclusão escolar a que boa parte da população foi submetida (IBGE, 1970).

Segundo Maria da Guia, a carga horária no Colégio Velho sofria variações que prejudicavam o desenvolvimento pedagógico, pois, para atender a demanda, os períodos matutino e vespertino eram desmembrados em turnos de menor carga horária — como o conhecido turno da fome, que abrangia o horário de almoço. Dessa forma, a escola atendia com o mínimo de carga horária e, consequentemente, com o mínimo de conteúdo, o que prejudicava e limitava o processo pedagógico

> porque uma escola que funciona 4h ela tem uma qualidade de ensino, uma escola que funciona 8h tem outra qualidade. Mas a que funciona 2:00h, 2:30h, 2:40h ela tende a diminuir o seu conteúdo e nesse paralelo, nessa diferença [quando é comparado o ensino na rede pública do Paranoá com a do Plano Piloto] há uma grande frustração". (Sousa, 2019)

A implantação oficial do sistema de ensino do Distrito Federal ocorreu por meio do Decreto n.º 47.472/1959, da Presidência da República. Documentos posteriores regulamentaram o sistema de ensino do Distrito Federal, amparando a sua organização nas ideias de Anísio Teixeira, com previsão de escolas, em tempo integral, para atendimento desde a primeira infância até a universidade. O plano de Anísio Teixeira tinha o objetivo de tornar Brasília referência para o sistema educacional do país.

Contudo, esse planejamento não alcançou, e ainda não alcança, a periferia. A Vila Paranoá recebeu a primeira unidade escolar em 1960, segundo

consta na publicação *Escolas da SEDF* (1985), a Escola Classe do Paranoá, que funcionou, inicialmente, em um prédio de madeira, construído, provavelmente, em algum dos barracões do complexo da construtora da barragem do Lago Paranoá. Teve suas atividades iniciadas em março de 1961, sendo a professora Iraci Carneiro da Silva responsável pela gestão da escola, porém o ato de criação oficial só veio a ocorrer anos após (GDF, Decreto n.º 481, 1966).

Em depoimento anexado ao documento entregue por estudantes egressos do "Colégio Velho" ao Conselho de Educação do Centro de Ensino Fundamental 01 do Paranoá, segundo Holanda, Dona Diva relata sobre o início da escola na Vila Paranoá:

> Brasília, 27 de março de 2014. Caros amigos, venho através desta relatar alguns fatos da nossa história vivida no Paranoá. Quero contar-lhes como começou o ensino escolar em nosso antigo Paranoá. Nos anos sessenta, tínhamos um grupo escolar na margem do Lago, ali perto da Churrascaria tão conhecida por todos. Eram três galpões grandes, onde divididos formavam as salas de aulas. Com a inauguração de Brasília e o lago recebendo grande volume de água, veio a necessidade de transferir nossa escola de lugar. Foi, então, que foi construída a primeira escola classe do Paranoá, com três galpões de madeira, onde funcionava até a 5ª série. Para nós moradores foi uma grande vitória, pois tínhamos um bom número de alunos e ótimos professores. (Holanda *et al.*, 2014, p. 10)

Matéria publicada no jornal Correio Braziliense, na edição 03028, de 26 de outubro de 1969, descreve o seguinte:

> A escola rural do Paranoá, mantida pela Fundação Educacional, conta atualmente com 308 crianças matriculadas, do 1º ao 5º ano. Doze professoras tomam conta dos alunos, que recebem farta merenda escolar da Campanha Nacional de Merenda Escolar. (p. 15a)

Como todas as moradias da Vila Paranoá, a escola não tinha muros. Originalmente com estrutura em madeira, a escola do Paranoá, no projeto inicial, contava alas de salas de aula, pavilhão administrativo e de direção e era servida de água por carro pipa, passando pelas mesmas amarguras de falta d'água tal como os demais moradores. A escola foi crescendo nos "puxadinhos" e novas alas, na medida que a comunidade crescia e com ela a demanda escolar. Esses arranjos se mostravam insuficientes para atender todas as crianças, os jovens e os adultos moradores da Vila Paranoá e, no decorrer do tempo, foi sofrendo reestruturações para adequar o seu funcionamento ao público atendido.

A unidade escolar permaneceu única até o ano de 1985, quando, por meio da Resolução 1.060, de 28 de fevereiro de 1985, foi criada a Escola Classe 01 do Paranoá. Precisamente vinte e cinco anos depois da criação da primeira escola da região, foi oficializada e entregue à comunidade a segunda escola da Vila Paranoá, a conhecida escola de lata, por ser de estrutura em latão, tipo contêiner, e de forma provisória.

Conforme apresentado nos dados do Censo demográfico do IBGE (1981), havia grande demanda por escolarização na Vila Paranoá, em todas as fases escolares. A parcela da comunidade que conseguia sair para estudar nas escolas do Lago Sul ou do Plano Piloto era muito pequena. Além das precárias condições de moradia, das dificuldades econômicas, do transporte público insuficiente e ineficiente, ainda era necessário enfrentar a rejeição e a discriminação de estudantes, professores e servidores devido à condição social de pobre, favelado e invasor. Como relatam Izabel Alexandre e Maria da Guia,

> Havia muitos casos em que os alunos deixavam de estudar porque não tinham condições para o pai pagar [a passagem de ônibus] [...] uma situação que não foi fácil para ninguém. A gente tinha até medo quando falava [...] nossa, este é o seu último ano no Paranoá [...] os pais ficavam assustados, como vai ser meu filho lá [...] os que conseguiam o transporte,

> conseguiam ir para o colégio, [sofriam com] toda essa coisa da discriminação. (Sousa, 2019)
>
> Na quinta série eles tinham que ser transferidos para o Lago Sul onde tinham que romper as barreiras sociais porque todos sabem que quem mora no Lago Sul é uma clientela mais bem beneficiada, rica, com outros valores... acredito que um dos meus maiores conflitos era mandar aquelas crianças para lá, perder de vista, e não saber o que ia acontecer com ela lá porque eram duas classes sociais na mesma escola, na mesma sala. (Sousa, 2010)

As matrículas na Vila Paranoá aumentavam a cada ano, devido não só à taxa de natalidade, mas principalmente pela chegada de novos moradores. Na tabela seguinte, pode-se observar os dados alcançados no censo escolar com a evolução das matrículas na Vila Paranoá, na década de 1970, o que oferece um panorama do atendimento escolar no período.

Tabela 15.1: Matrículas RA VII – Paranoá

Matrículas RA VII – Paranoá, SEC/FEDF, Rede oficial			
Ano	**Total geral**	**Urbano**	**Rural**
1972	736	553	183
1973	799	610	189
1974	1003	700	303
1975	1252	939	313
1976	1563	1130	433
1977	1805	1442	363
1978	1836	1475	361
1979	1979	1624	355
1980	*	381**	381***

Fonte: dados coletados pelos autores a partir das fontes de GDF, SEC, Deplan – DP. * Não foram localizados dados de matrícula referentes aos anos de 1960 a 1971. ** Não há precisão nos dados de 1980 das matrículas na área urbana. *** Até o fechamento deste capítulo, não foram localizados os dados referentes às matrículas no período de 1960 a 1971 e 1981 a 1984 específicos do Paranoá.

Tendo em vista a tabela apresentada, é possível observar certa estabilidade nas matrículas da área rural e um aumento considerável, ano a ano, nas matrículas da área urbana. Esses dados confirmam o crescimento populacional da Vila e o inchaço da única escola para atender à comunidade, o que fez com que a expansão da escola se desse com a construção de novas salas de aula, sem, contudo, ampliar as reais condições de atendimento à comunidade. E sem que o problema de transferência para escolas do Lago Sul e Plano Piloto fosse solucionado. Nesse contexto, observa-se a condição de exclusão e negação do acesso à educação garantido por lei.

Sobre uma escola que queria ser parque e um professor que fazia "arte"

No Colégio Velho, faltava de tudo. Certo dia chegou um professor que fazia arte, um marco na história do colégio. Pode-se dizer que tem o antes e o depois do professor Nelson Ramos Filho, o Nelsinho.

Nelson Ramos Filho, natural de Santos, São Paulo, nasceu em 8 de junho de 1948. A imagem do pôr de sol de Brasília, registrado no cartão postal recebido de um amigo, chamou a atenção de Nelsinho para o Planalto Central, onde chegou no final da década de 1970. Em busca de trabalho, fez concurso para a Fundação Educacional e foi aprovado. Iniciou o trabalho docente na Escola Parque da Asa Sul, onde ficou por aproximadamente dois anos. Por opção, transferiu-se para o Paranoá e foi lotado no Colégio Velho e por ali ficou os seus quase 20 anos de carreira. Em 1997, mudou-se para Búzios, no Rio de Janeiro. Em 2011, acometido por uma grave doença, veio a falecer.

Pelas mãos do professor Nelsinho, o Colégio Velho ganhou cor, alegria, música, dança, teatro, galpão de artes, câmeras filmadoras, auditório e palco. Relata Jesus (2007):

> As aulas de artes acontecem num galpão que ele próprio organiza com sacrifícios, projetos, apoio e com recursos do próprio bolso. Não são consideradas aulas, mas encontro marcado.

> Daqueles que ninguém quer perder. A matéria prima vem de sucata e o objeto de estudo é a nossa vida e nossos sonhos. Enfrentamentos e conflitos.
>
> O trabalho envolve todas as turmas de 5ª à 8ª série do colégio. As cenas são retiradas de nossa vida e retratam nosso cotidiano. Viram histórias musicadas, misturando realidade, sonhos e fantasias. Assim, a cada ano um espetáculo: Lata d'água na cabeça – 1981/82; Alô, Alô! Paranoá – 1983/84; Alô África – 1985/86. (Jesus, p. 68)

As aulas do professor Nelsinho envolviam criticidade, inovação, levantamento de questionamentos, reflexões, intervenção na e da realidade. Suas atividades extrapolavam a escola, atravessavam o Lago Paranoá e levavam os estudantes a mostrarem a sua realidade por meio do teatro. A escola empoderou-se. Para Jesus (2007),

> A mobilização dos alunos da única escola da Vila Paranoá, para as atividades do movimento popular, acontece de dentro pra fora e de fora pra dentro, num contínuo movimento de ação/reflexão/ação. A escola é movimento popular naquele momento. Eu estar na escola, o que faço na escola, está dentro do princípio de vida que eu tenho. O mesmo princípio de vida que me faz estar no movimento popular. (Jesus, 2007, p. 69)

O trabalho político-pedagógico do professor Nelsinho, amparado nos ideais de Paulo Freire, tornou-se referência na Vila Paranoá. Seu engajamento por melhores condições de vida da comunidade e o trabalho de conscientização de moradores e estudantes por meio de atividades culturais são destacados nos depoimentos das entrevistadas. Segundo Izabel,

> A gente tinha um bom trabalho também na área cultural que foi com o professor Nelson quando ele foi trabalhar no Paranoá com a gente. Era legal porque o professor nos deixava ser livres e contar através da arte a nossa história, nosso dia a dia. Ele dava o fiozinho da meada e todo mundo criava

> coisas belíssimas. Chegamos a criar espetáculos, peças que fizeram história, que geraram prêmios para o professor Nelson e para nós também. [...] O professor Nélson não se cansava, [ele lecionava] não só aos sábados, mas se precisasse até aos domingos. (Sousa, 2020)

Conforme Maria da Guia,

> Eu não conheço a Vila Telebrasília, mas eu tenho o maior respeito por lá porque lá tinha o forró da resistência que nós tentamos copiar por que eles também não queriam sair dali e eu digo se eles não querem sair dali que é Plano Piloto nós vamos sair daqui que é longe, que é tão longe do plano porque é que nós vamos ter que sair? E a gente pega aquele aluno, quando vocês perguntaram com o engajamento do jovem a escola passa essa formação através do Professor Nelson, através de um de uma peça 'lata d'água na cabeça' que tinha um olhar, que tinha uma crítica que um dia levou para essa Brasília, ganhou um prêmio internacional com esta peça que me ensina para além daquilo que eu estou aprendendo na escola que lutar por água é lutar pela vida, é a mesma coisa de lutar pela vida, então é essa história da luta que os meninos aprendem lá. (Sousa, 2019)

O trabalho desenvolvido pelo professor Nelson foi reconhecido e premiado, tendo recebido destaque em algumas reportagens da época. Mais que isso, é importante ressaltar que ele envolveu não apenas a escola, mas a comunidade nos ideais iniciais da educação na capital. Nelsinho fez brotar arte em uma escola muito distante da que se projetara originalmente para o Plano Piloto.

A resistência como alternativa para fortalecer a luta: educação transforma

A busca pela educação era, e ainda é, um meio de fortalecimento da luta da classe trabalhadora. A necessidade de educação no Paranoá é latente desde a chegada dos primeiros moradores. Do primeiro ao último, todo prédio escolar construído no Paranoá é resultado de mobilização, organização e luta da comunidade.

Essa trajetória de luta destaca a organização da comunidade para atender duas etapas da educação básica que se viam marginalizadas nas precárias condições de oferta da educação no Paranoá: a educação infantil e a educação de jovens e adultos.

O Cedep teve a iniciativa de organização de atendimento a esses dois desafios e mantém, desde 1986, o trabalho com a educação infantil e a alfabetização de jovens e adultos amparados na perspectiva da educação popular, com vistas a fortalecer a luta da comunidade. Essa iniciativa, inaugurada com a professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Maria Alice Pitaguary, tomou proporções de projeto de extensão na coordenação do professor Renato Hilário dos Reis e ainda hoje tem uma forte interlocução com a universidade no caminho duplo de conhecimento e aprendizagens.

A baixa escolaridade da população era um incômodo, mas, ao mesmo tempo, estímulo e desafio para suscitar mudanças e organizar o movimento de resistência. É possível lembrar os vários momentos de coleta de assinaturas, os abaixo-assinados para reivindicações da comunidade e que era necessário ter uma esponja para que muitos participantes pudessem assentar o polegar, confirmando o nome registrado na lista.

Como afirma Jesus (2007),

> Não basta que uns saibam, será preciso que todos tenham o mesmo acesso às discussões, mobilizações, leitura e escrita. Não basta aprender a ler e escrever, mas ler e escrever contribuindo com a transformação da realidade em que se vive. (p. 48)
>
> Nesta trajetória só podemos nos identificar com um processo de alfabetização que leve em conta a historicidade do alfabetizando e da comunidade. Que o aprender a ler e escrever estejam intrinsecamente ligados à superação do processo de exclusão social que sofremos e de enfrentamento dos problemas e desafios. Provocar a mudança/superação no sujeito com a mudança/superação na/da comunidade. (p. 50)

Com metodologia própria, o Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos foi condecorado com a Medalha Paulo Freire, do MEC, em 2006, como experiência bem-sucedida no campo da alfabetização de adultos. O trabalho de alfabetização, além de reconhecido, tem bases enraizadas na Universidade de Brasília. Como relata Jesus (2007, p. 49),

> Quando demandamos à UnB uma educação popular de jovens e adultos, que atenda aos anseios do movimento popular, temos muito claro que nosso objetivo é uma educação transformadora. Sabemos o quê e para quem queremos essa educação. O como fazer essa educação será uma descoberta conjunta, não temos a receita, apenas o desafio.

As décadas seguintes foram marcadas, e ainda o são, por protestos e reivindicações para construção de escolas, aquisição de equipamentos, manutenção e contratação de professores. A educação sempre foi negada à periferia, como pode ser visto nas reportagens apresentadas a seguir.

A expectativa de uma escola participativa e aberta aos anseios da comunidade estava latente. Nesse contexto, conhecemos a metodologia de educação de jovens e adultos de Paulo Freire. Na medida que o trabalho da educação popular crescia, com ele a reivindicação por novas escolas do Paranoá era fortalecida. Uma luta puxava a outra.

A história da Vila Paranoá, sobretudo no período de lutas pela redemocratização do país, que culminaram com a queda da ditadura militar, em 1985, somou-se à movimentação política e social para a emancipação política do Distrito Federal e representou uma síntese de resistência contra a exclusão expressa, tanto nas condições miseráveis de vida de uma população trabalhadora quanto no acesso a um bem cultural de tanta importância como a educação. O Colégio Velho materializava, simultaneamente, a frustração dos idealizadores de Brasília de construir uma cidade democrática e exemplar para um país marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas e

a resistência de uma comunidade que não aceitava ficar alijada de um local digno de moradia e de usufruir dos bens culturais socialmente produzidos.

Por um lado, essa unidade escolar, de forma sintomática, construída de madeira, representava a insegurança, a precariedade, a incerteza sobre o futuro, a negação às famílias que ergueram a capital federal de um teto seguro que as abrigasse e de educação de qualidade para suas crianças, jovens e adultos. Por outro lado, o Colégio Velho era o centro das atenções da comunidade. Inicialmente, em razão da ausência de espaços para reuniões e encontros na Vila Paranoá, ele se tornou o local de muitos eventos de vários matizes. As reuniões da Associação dos Moradores, inclusive sua assembleia de fundação no final de 1979, ocorriam no pátio da escola. Posteriormente, pelo trabalho pedagógico libertador realizado por alguns educadores que desenvolviam com os estudantes um processo educativo que primava pela busca do conhecimento do contexto local e estimulava reflexões e ações, materializadas em peças teatrais e espetáculos musicais, para mudar aquela dura realidade. O melhor exemplo é o trabalho do professor Nelsinho.

Boa parte das jovens lideranças que compuseram a direção da Associação dos Moradores no biênio 1985-1987 e depois fundaram o Cedep — em um período de intensas mobilizações que resultaram na conquista da fixação e criação da cidade do Paranoá — foram estudantes da Vila Paranoá, parceiros ou espectadores dos eventos culturais coordenados pelo professor Nélson. Dessa forma, como afirmava Gramsci, se

> a escola é ainda um espaço de conservação da hegemonia burguesa, ela pode também se constituir num local de construção da contra hegemonia operária e de transformação da sociedade existente". Enfim, "ela pode se construir como um ambiente de resistência da classe trabalhadora contra a dominação burguesa. Tudo vai depender do resultado da luta de classes, da disputa entre a burguesia e as classes dominadas. (Mendonça; Pacheco, 2008, p. 63)

Em 1989, a população conquistou seu tão sonhado assentamento com a constituição da cidade do Paranoá. Os anos de luta trouxeram frutos, estabelecendo entre os dois bairros mais elitizados de Brasília um núcleo urbano formado por trabalhadores construtores da capital do país, quando a lógica prevalente seria seu deslocamento para a periferia do Distrito Federal. A luta foi vitoriosa e, com o passar dos anos, novos aglomerados urbanos foram edificados no Paranoá e adjacências, antigos moradores foram expulsos pela especulação imobiliária e transferiram-se para locais mais distantes. A população na região cresceu assustadoramente e a falta de equipamentos urbanos, inclusive escolas, continua sendo um problema para os moradores. Mas isso são outras histórias.

Por fim, as memórias pessoais e os documentos consultados apontam para uma educação permeada pela cultura da exclusão, mas que, mesmo em meio a essas debilidades, serviu de instrumento de conscientização e resistência no reforço da luta pela fixação e urbanização da Vila Paranoá. A educação foi negada pelo poder público à periferia do Distrito Federal, mas foi amparada e assegurada por sujeitos que defendiam o direito de estudar e a educação pública como direito social.

Referências

BRASIL. Decreto n.º 47.472, de 22 de dezembro de 1959. Institui a Comissão de Administração de Sistema Educacional de Brasília (C.A.S.E.B.). Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/12/1959, p. 26.636 (publicação original).

CARVALHO, Pedro Mesquita. O primeiro ano letivo da nova capital nas páginas do Correio Braziliense. *In:* PEREIRA, Eva Waisros *et al. Nas Asas de Brasília:* memórias de uma utopia educativa (1956 – 1964). *Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal:* história e memória. Brasília: EdUnB, 2011.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (GDF). *Escolas da FEDF.* Brasília, 1985. 2 v.

GDF. Decreto n.º 481, de 14 de janeiro de 1966. Aprova o Regimento da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. Extingue e cria funções em comissão e de outras providências. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/601/Decreto_481_14_01_1966.html. Acesso em: 20 abr. 2019.

HOLANDA, Luciana Soares de. *et al*. *Documento apresentado ao Conselho de Educação do Centro de Ensino Fundamental 01 do Paranoá.* Paranoá, DF: 2014. Arquivo pessoal da autora.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Censo Experimental de Brasília.* Comissão Censitária Nacional. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico de 1960*. VII Recenseamento Geral do Brasil Série Regional. Volume I Tomo XIX. Distrito Federal: IBGE, Departamento de Estatísticas de População. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000363&m=2532&n=censodem1960br. Data da publicação: 20.11.2014. Acesso em: 30 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico de 1970*. VIII Recenseamento Geral, 1970. Série Regional. Volume I Tomo XXIV. Distrito Federal: IBGE, Departamento de Estatísticas de População. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=55204. Acesso em: 04 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico de 1980*. Distrito Federal: IBGE, Departamento de Estatísticas de População. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=213742. Acesso em: 4 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse Preliminar Censo Demográfico*: Distrito Federal/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

JESUS, Leila Maria de. *A repercussão da atuação de educadores/as populares do Cedep/UnB na escola pública do Paranoá-DF.* Orientação: Renato Hilário dos Reis. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/2995?mode=full. Acesso em: 1 fev. 2019.

MENDONÇA, Erasto Fortes; PACHECO, Ricardo Gonçalves. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Educação, sociedade e trabalho*: abordagem sociológica da educação. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação à Distância, 3ª edição atualizada/revisita, 2008, 88p. (Curso técnico de formação para os funcionários da educação. Pró-funcionário)

SOUSA, Isabel Alexandre. *Entrevista.* Entrevistadores: Leila Maria Jesus e Ricardo Gonçalves Pacheco. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal, 2020.

SOUSA, Maria da Guia, Maria. *Entrevista.* Entrevistadores: Leila Maria Jesus e Ricardo Gonçalves Pacheco. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal, 2019.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. *Construtores de Brasília.* Estudo de operários e sua participação política. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1983.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. O massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília. *Revista dos Congressos Internacionais de Universidades*, Universidade de Brasília, v.1, p. 62-87, 2011.

Sobre os autores

Alice Fátima Martins

Doutora em Sociologia, professora titular na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Bolsista de produtividade em pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
E-mail: profalice2fm@gmail.com

Antonio Carlos Andrade de Souza

Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília; professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: toninho2018pos@gmail.com

Antonio Fávero Sobrinho

Mestre em História pela Universidade de Brasília, Professor Assistente na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Ariane Abrunhosa

Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal.
E-mail: abrunhosa.ariane@gmail.com

Claudia Paiva Carvalho

Doutora em Direito pela Universidade de Brasília, professora de Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).
E-mail: claudiapaivac@gmail.com

Cristiano Paixão
Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor adjunto da Faculdade de Direito da UnB.
E-mail: cristiano.aslh@gmail.com

Carmyra Oliveira Batista
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carmyra.batista@gmail.com

Denise Farage
Especialista em Políticas Públicas pela Universidade de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: denisefarage@gmail.com

Edilene Simões Costa dos Santos
Doutora em Educação, em Ciência e Matemática pela Universidade de Brasília, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
E-mail: edilenesc@gmail.com

Eliane Brito
Doutoranda em História pela Universidade de Brasília, professora do Centro Universitário Planalto do DF (Uniplan), da Faculdade Projeção e professora substituta do Instituto Federal de Brasília.
E-mail: eliane.cbo@gmail.com

Erlando Reses
Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UnB.
E-mail: erlandoreses@gmail.com

Eva Waisros Pereira
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Aberta de Portugal; professora emérita e pesquisadora associada plena do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília.
E-mail: evawaisros@gmail.com

Haydée Ribeiro Coelho
Doutora em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo, professora associada IV da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: haydeeribeiro@hotmail.com

Josefina Reis de Moraes
Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Brasília, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: josefinarmoraes@gmail.com

José Luiz Villar Mella
Doutor em História Social e das Ideias pela Universidade de Brasília, professor associado I da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Jorge Abrahão de Castro
Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pesquisador associado da Universidade de Brasília e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).
E-mail: jorge.abrahao57@gmail.com

Laura Maria Coutinho
Doutora em Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: lauracou@gmail.com

Leila Chalub Martins
Doutora em Ciências Sociais - Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas, professora do ensino básico público de Brasília de 1968 a 1992, professora associada aposentada da Universidade de Brasília.
E-mail: leilachalub3@gmail.com

Leila Maria de Jesus Oliveira
Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: leiladejesus@gmail.com

Luciana de Maya Ricardo
Doutora em Educação pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: luciana.maya@gmail.com

Maria Andreza Costa Barbosa
Mestre em Educação pela Universidade de Brasília, professora de Artes Visuais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: andrezaferreiro@gmail.com

Mariana Gonçalves Penna
Graduada em História pela Universidade de Brasília e estagiária do Museu da Educação do Distrito Federal.
E-mail: marigpenna@gmail.com

Maria Alexandra Militão Rodrigues
Doutora em Psicologia, professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
E-mail: alexandrarodrigues57@hotmail.com

Maria Lídia Bueno Fernandes
Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo, professora associada 3 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo de Pesquisa Sujeitos, Territórios e a Construção do Conhecimento (GPS).
E-mail: lidia_f@uol.com.br

Maria Margarida Machado
Doutora em Educação, professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: mmm2404@gmail.com

Maria Paula Vasconcelos Taunay
Doutora em Educação e Tecnologia pela Universidade de Brasília, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: mariapaulataunay@gmail.com

Mônica Menezes de Souza Batista
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: profmonicams@yahoo.com.br

Raquel de Almeida Moraes
Doutora em Educação, professora Associada 4 da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Líder do Grupo Lattes do CNPq: GT História, Sociedade e Educação no Brasil no DF, HISTEDBR-DF - HISTEDBR.
E-mail: raquelmoraesbr@gmail.com

Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Doutora em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo, professora do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.
E-mail: rosalia.carvalho@udf.edu.br

Ricardo Gonçalves Pacheco
Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília, professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: prof.ricardopacheco@gmail.com

Samira Bueno Chahin
Doutora em arquitetura e urbanismo pela Universidade de São Paulo, professora do Centro Universitário Facens, membro do Comitê Editorial do projeto Arquitetura e Escrita e do GT Territórios Educativos do Instituto de Arquitetos do Brasil, São Paulo.
E-mail: samira_chahin@yahoo.com.br

Valéria Nely Cézar de Carvalho
Doutora em História pela École Pratique des Hautes Estudes de Paris, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: carvalho.nely@gmail.com

Vera Margarida Lessa Catalão
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Paris VIII, professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
Email: veramcatalao@gmail.com

A Editora UnB é filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em Adobe Garamond Pro.

Esta obra é mais uma etapa da história da educação no Distrito Federal. Seu recorte histórico abrange o período da ditadura militar no Brasil, com foco nos acontecimentos na área da educação e suas repercussões na rede de ensino local. Os desafios vividos naquele período de autoritarismo constituem experiências antagônicas ao ideário democrático fundante do sistema de ensino público inovador da capital brasileira. A construção do conhecimento histórico a esse respeito é essencial para que se compreenda a relação intrínseca entre educação e sociedade, bem como as estratégias de organização social adotadas para o enfrentamento à opressão política e ideológica que marcou toda uma geração de brasilienses.

Alice Fátima Martins | Antônio Carlos Andrade de Souza
Antônio Fávero Sobrinho | Ariane Abrunhosa
Claudia Paiva Carvalho | Cristiano Paixão | Carmyra Oliveira Batista
Denise Lucinda Farage | Edilene Simões Costa dos Santos | Eliane Brito
Erlando Reses | Eva Waisros Pereira | Haydée Ribeiro Coelho
Josefina Reis de Moraes | José Luiz Villar | Jorge Abrahão de Castro
Laura Maria Coutinho | Leila Chalub Martins | Leila Maria de Jesus Oliveira
Luciana de Maya Ricardo | Maria Andreza Costa Barbosa
Mariana Gonçalves Penna | Maria Alexandra Militão Rodrigues
Maria Lídia Bueno Fernandes | Maria Margarida Machado
Maria Paula Vasconcelos Taunay | Mônica Menezes de Souza
Raquel de Almeida Moraes | Rosália Policarpo Fagundes de Carvalho
Ricardo Gonçalves Pacheco | Samira Bueno Chahin
Valéria Nely Cézar de Carvalho | Vera Margarida Lessa Catalão